Teoria Geral do Direito Civil II

1.º Ano – Turma C | Exame Escrito | Coincidências | 27 de junho | 11h30

Regência: Professora Doutora Paula Costa e Silva

(Maria Raquel Rei, Francisco Mendes Correia, Lua Mota Santos, José Maria Cortes)

Considere as seguintes situações e responda, fundamentadamente às perguntas que lhe são colocadas:

I (5 valores)

Antónia quer vender a sua casa no Algarve, mas não tem paciência para as perguntas que lhe colocam os vários turistas ingleses e alemães, interessados no imóvel. Por isso, ligou a Beatriz, prometendo-lhe um pagamento de € 1.000 mensais, para promover a venda da casa e, se encontrasse comprador, para a representar no contrato de compra e venda. Passadas umas semanas, e depois de inúmeros telefonemas entre ambas, relativos a eventuais interessados, Antónia pediu a Beatriz para, de futuro, nem sequer a incomodar com ofertas inferiores a € 500.000. Qual não foi o seu espanto quando soube que Beatriz vendeu a casa a Carolina, por € 400.000, e que esta última também foi representada na escritura pública por Beatriz. Antónia está ansiosa para “destruir todos os negócios praticados pela víbora da Beatriz”, mas não sabe se tem direito. Além disso está arrependida de não ter “cancelado” a procuração, quando começou a desconfiar de Beatriz, e de ter acreditado nesta última, quando afirmou que a mesma era “irrevogável”. *Quid juris?*

Tópicos de Correção

Entre outros, serão avaliados positivamente os seguintes elementos:

- Distinção da relação de base estabelecida entre Antónia e Beatriz, com base no contrato de agência, e da relação atributiva de poderes, constituída através da procuração.
- Invalidade formal da procuração (artigos 262.º/2 e 875.º).
- O negócio celebrado por Beatriz era ineficaz perante Antónia, dada a invalidade formal da procuração e a conseqüente falta de poderes de representação de Beatriz. Antónia podia ratificar o negócio, se assim o pretendesse, tornando-o eficaz na sua esfera (artigo 268.º/1).

- Se a procuração não fosse formalmente inválida, estar-se-ia também perante um caso de abuso de representação, já que Beatriz teria exercido os poderes de representação em desconformidade com as instruções oriundas da relação de base.
- Quando o representante abuse dos seus poderes, o negócio apenas será eficaz quando a outra parte conhecia ou devia conhecer o abuso (artigo 269.º), o que no caso acontecia, porque Beatriz também agiu em representação de Carolina (artigo 259.º/1).
- Na mesma hipótese, o negócio seria anulável, por ter sido celebrado pelo representante (Beatriz) consigo mesmo, em representação de terceiro (Carolina), e não ter sido precedido de consentimento por parte de Antónia (artigo 261.º/1).
- Distinção entre revogação do negócio constitutivo da relação de base (contrato de agência) e revogação da procuração.
- Em princípio, a procuração é sempre revogável, atendendo aos interesses em presença (artigo 265.º/2). O interesse do procurador ou de terceiro a que se refere o artigo 265.º/3, a propósito dos casos excecionais de irrevogabilidade da procuração, não se refere ao mero interesse económico de manutenção de uma eventual remuneração, na relação de base. Antónia podia livremente revogar a procuração.

II (6 valores)

Diogo e Emília estão revoltados com Filomena, a médica obstetra que acompanhou a gravidez de Emília. Filomena já está na fase final da carreira, e afirma que “já não tem paciência para pormenores”. Além disso, não está atualizada com os mais recentes avanços da medicina. Por isso, na ecografia realizada às 20 semanas de gravidez, não detetou uma malformação da bebé Gertrudes, que, com os avanços científicos, pode ser curada durante a gestação em 80% dos casos. Diogo e Emília foram surpreendidos no dia do nascimento pela malformação de Gertrudes, que lhe limita quase por completo os movimentos dos braços. Emília afirma que, “se soubesse desta deficiência, teria escolhido abortar”, direito que lhe foi “negado, na prática, pela incompetência de Filomena”. Diogo afirma que nunca escolheria esse caminho, mas que a incúria de Filomena impediu o recurso às mais avançadas técnicas, que teriam talvez debelado a malformação de Gertrudes. Ambos exigem que Filomena os indemneze. Têm razão?

Tópicos de Correção

Entre outros, serão avaliados positivamente os seguintes elementos:

- Consideração dos vários dados do sistema, relativos ao estatuto jurídico do nascituro, numa resposta coerente, quanto aos tipos de danos invocados, nomeadamente:
 - Punibilidade geral do aborto, do aborto agravado e da interrupção da gravidez (fora das circunstâncias previstas no artigo 142.º do Código Penal), como crimes contra a vida intra-uterina (artigos 140.º a 142.º do Código Penal);
 - Artigo 66.º do Código Civil e opção ponderada sobre o início da personalidade jurídica.
 - Inviolabilidade da vida humana (artigo 24.º/1 CRP).
 - Distinção entre não punibilidade penal de uma conduta e direito a praticar essa conduta.
 - Dificuldades de, à luz dos dados assinalados, e de outros, configurar a vida humana como um dano.
 - Lesões corporais evitáveis de Gertrudes como um dano. Necessidade de reconciliar esta possibilidade (danos corporais como danos próprios de Gertrudes) com o artigo 66.º CC.

III (4 valores)

Helena e Isabel são irmãs, e formam um dueto musical de renome. João é um humorista mordaz, conhecido pelos vídeos satíricos que publica nas redes sociais, com excertos de imagens ou palavras de personalidades públicas. Nas últimas comemorações do 25 de abril, Helena e Isabel cantaram uma versão modernizada do “Grândola Vila Morena”. João utilizou as imagens e o som do concerto, que foram difundidas por um canal de televisão, e montou-os num vídeo da sua autoria, intercalando-as com comentários jocosos. Helena e Isabel sentem-se ofendidas, e querem que João retire o vídeo das redes sociais, faça um pedido público de desculpas, e as indemnice por contratos cancelados, em resultado da “onda de ridículo que as cobriu”. João acha que, como artista, pode usar imagens de personalidades públicas, sem necessidade de autorização e que “ridículas são as pretensões das irmãs”. *Quid juris?*

Tópicos de Correção

Entre outros, serão avaliados positivamente os seguintes elementos:

- Tutela geral da personalidade (artigo 70.º/1) e distinção entre tutela primária (destinada à cessação da violação, dos seus efeitos ou a evitar a consumação de ameaça de violação) e tutela secundária (mormente, ressarcitória).
- Tutela dos direitos de personalidade de Helena e Isabel. Em particular, ponderar direito à imagem, direito à voz (nos termos de eventual aplicação analógica do artigo 79.º CC) e direito à honra.
- Direitos de personalidade de João, nomeadamente liberdade de expressão, também artística, e livre desenvolvimento da personalidade.
- Ponderação da colisão de direitos, nomeadamente com recurso aos critérios do artigo 335.º CC.

IV

Tome posição crítica sobre uma das seguintes afirmações (4 valores):

- a) “A atividade das fundações é determinada pelo fim de interesse social, e não pela vontade discricionária dos membros do órgão de administração”.
- b) “No moderno Direito privado português, os animais estão mais próximos das pessoas do que das coisas”.
- c) “Os vários regimes da ausência – curadoria provisória, curadoria definitiva e morte presumida – podem ser ordenados de forma crescente, pelo grau de preocupação que revelam, face ao ausente”.

Ponderação Global: 1 valor

Tópicos de Correção

- a) A afirmação é verdadeira. As fundações distinguem-se das associações e das sociedades por não terem um substrato integrado por um elemento pessoal. Os elementos determinantes, nas fundações, são o património e o fim de interesse social. Assim, os membros do órgão de administração da fundação não *formam* a vontade da fundação, com o concurso das suas vontades, mas *interpretam* o fim de interesse social, determinado pelo(s) fundador(es), à luz das circunstâncias que a cada momento se apresentem.

- b) A afirmação é falsa. Apesar das alterações introduzidas pela Lei n.º 8/2017, de 3 de março, e da proteção conferida por legislação especial, são aplicáveis subsidiariamente aos animais as disposições relativas às coisas, determinando que, para o Direito privado português, sejam tratados como objetos e não como sujeitos de situações jurídicas. O caso de lesão de animal é paradigmático (artigo 493.º-A): os danos a indemnizar são os do seu proprietário ou, quando muito, das pessoas que tenham procedido ao seu socorro, e não os danos sofridos pelo próprio animal.
- c) A afirmação é falsa. Os regimes estão ordenados com base na probabilidade decrescente de regresso do ausente, que ainda se presume dominante, na curadoria provisória, e se vai esbatendo, até se converter em presunção de não regresso, no caso da morte presumida. Por esse motivo, os interesses do ausente, tutelados de forma mais intensa na curadoria provisória (ex. administração por conta do ausente, entrega ao curador dependente de relação de bens e fixação de caução, etc.), são crescentemente subordinados aos dos demais interessados, com maior intensidade na morte presumida (ex. produção dos mesmos efeitos que a morte e abertura da sucessão, devolução do património no estado em que se encontrar; indemnização dependente de má-fé dos sucessores, etc.)